

CUNHA, Luiz Antônio C. R. da. *A universidade crítica; o ensino superior na república populista. São Paulo, PUC, 1980. 227p. mimeo. (Tese doutorado).*

*O trabalho tem como principal objetivo estudar o processo de transformação do ensino superior no Brasil durante a república populista, compreendendo o período 1945/64.*

*Em seis capítulos, o autor procura reconstruir esse processo, enfocando-o dentro do contexto econômico e social que o determinou. As análises feitas dizem respeito às mudanças geradas na organização do ensino superior no período, bem como à participação dos agentes envolvidos nesse processo, ou seja, o Estado, os professores e os estudantes.*

*Esclarece que o termo universidade é tomado, nesse estudo, no sentido amplo: engloba todas as instituições de ensino superior, sejam elas universidades ou estabelecimentos isolados. O sentido estrito do termo também aparece, quando de abordagens específicas, referindo-se às universidades propriamente ditas.*

*Estudos realizados anteriormente pelo autor sobre esse grau de ensino, relativos à reforma universitária de 1968 e ao período que vai da instituição do ensino superior no país à queda do Estado Novo em 1945, propiciaram a base para o desenvolvimento do presente trabalho.*

*Os procedimentos utilizados diferem dos estudos históricos tradicionais. Fundamentam-se na "ação recíproca entre o passado e o presente, com a ascendência deste em termos gnosiológicos", que "obriga a uma visão nova da história da escola no Brasil, particularmente do ensino superior". A explicitação desta linha de orientação constitui a primeira preocupação do autor. Sob o título "A Universidade Pré-concebida", o capítulo 1 dedica-se à apresentação do quadro teórico-metodológico de referência desenvolvido, em sua essência, a partir da obra de Adam Schaff, *História e Verdade*, sobre a teoria do conhecimento histórico.*

*Focaliza, inicialmente, duas concepções opostas de ciência da história — o positivismo e o idealismo, que distinguem na relação cognoscitiva a predominância (ou mesmo exclusividade) do objeto do conhecimento, no primeiro caso, ou do sujeito (o historiador), na segunda concepção. Ainda em relação ao idealismo, analisa com especial destaque uma de suas vertentes — o presentismo.*

*Em seguida, propõe uma síntese dialética desses dois modelos, no que concerne aos seus elementos válidos. Para tanto, vai buscar os fundamentos necessários na concepção dialética do conhecimento, segundo os estudos de Schaff, procedidos à luz das proposições do marxismo relativas ao processo do conhecimento, os quais enfatizam a interação sujeito-objeto.*

*Após refletir sobre os vários ângulos da questão, mostra que essa concepção "incorpora, reelaborado, o princípio presentista da necessidade de se reescrever continuamente a história partindo do momento presente". Aqui, não tem lugar a influência exclusiva do sujeito na relação cognoscitiva, como naquele modelo. A concepção dialética "vê nos processos que governam a realidade objetiva a razão para o movimento retroativo do intelecto. Ao contrário do presentismo, (...) retira da lógica mesma do processo histórico (...) os critérios que fazem o presente servir de ponto de partida para o estudo do passado".*

*A partir daí, as reflexões do autor buscam conduzir ao esclarecimento da exigência de o historiador partir de conceitos prévios no que diz respeito ao processo histórico que irá tornar-se objeto de investigação, da "pré-concepção" da história.*

*Assim, o estudo investiga a história da universidade brasileira do período 1945/64, tomando como ponto de partida a universidade do período pós-64. Nesse sentido, apresenta as principais linhas referentes à "pré-concepção" da universidade (período pós-64), considerando as suas funções na sociedade capitalista.*

---

*À formulação dos procedimentos metodológicos segue-se o delineamento dos eventos políticos e econômicos do período em estudo.*

*Concentra-se na análise dos principais fatores que determinaram mudanças na educação escolar, quais sejam "a intensificação dos processos de industrialização e de monopolização, ao lado da emergência do populismo como instrumento de dominação das massas incorporadas à política, mas escapando das mãos das classes dominantes (...)"*.

*Alguns pontos relevantes enfocados pelo autor nessa parte do trabalho podem ser ressaltados, tais como: a mobilização popular surgida com a intensificação do movimento da "espiral preços-salários", levando às lutas sociais e à busca das reformas de base; o deslocamento dos canais de ascensão social das camadas médias, resultante da monopolização crescente, própria da economia capitalista, e o conseqüente aumento da demanda de escolarização superior; as contradições do populismo como fenômeno político ligado ao processo de industrialização e monopolização, que favoreceram a autonomia da organização das massas e culminaram na radicalização do processo político, no final do período, com a União Nacional dos Estudantes engajada nesse processo; a ideologia nacionalista (uma vertente do populismo), centrada no desenvolvimento e na eliminação da dependência externa do país, exigindo um ensino superior modernizado para atender às necessidades do desenvolvimento; e, a rebelião dos estudantes contra a ordem social vigente, inserida no contexto da industrialização/monopolização e do populismo, onde encontra sua origem e seus limites.*

*O terceiro capítulo versa sobre a expansão e integração do ensino superior na república populista.*

*O incremento das demandas de oportunidades de escolarização superior verificado no período é salientado em primeiro lugar. Como causa primeira, aponta o deslocamento dos canais de ascensão das camadas médias. Mas outros fatores são também indicados, como a transferência das populações rurais para a zona urbana, a crescente exigência de escolarização das mulheres, além da interveniência dos mecanismos políticos próprios do populismo. Sobre este último, ressalta o mecanismo de trocas políticas, responsável pela multiplicação de escolas, particularmente de nível médio.*

*A pressão exercida por essa demanda para alterar os mecanismos que restringiam o ingresso no ensino superior trouxe, como consequência, intensas modificações em relação a esse grau de ensino, com o Estado tomando uma série de medidas nesse sentido.*

*As principais alterações registradas referem-se a: atenuação da estrutura dual do ensino médio, pelas "leis de equivalência" e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); expansão do número de vagas no ensino superior; unificação dos exames vestibulares, em alguns casos; extinção gradativa do ensino superior pago até atingir a gratuidade total; crescimento da participação do Estado no financiamento do ensino superior, resultando na "federalização" de inúmeros estabelecimentos estaduais, municipais e particulares.*

*O exame vestibular foi também alvo de atenções no período. O critério classificatório ou mesmo sua supressão foram objeto de amplos debates e de reivindicação. Mas, não chegaram a uma efetiva implantação, no primeiro caso, ou tiveram os projetos rejeitados, no que se refere à supressão.*

*"A conjugação dos processos geradores da demanda e oferta do ensino superior resultou num intenso crescimento de matrículas. (...) Foi a ampliação das matrículas nas escolas públicas existentes, e a criação de novas, que respondeu pela maior parte dessa expansão". As numerosas "federalizações" levaram, ainda, à aglutinação das escolas isoladas em universidades, pela sua integração financeira e administrativa. Essa aglutinação "foi um dos principais vetores de transformação do ensino superior na república populista". Enquanto no início da república populista os estabelecimentos isolados preponderavam, nos anos de 1954 a 1964 a organização do ensino superior tinha forma predominantemente universitária. Do total de cinco universidades em 1945 o país passa a ter 39 em 1964; destas, 10 eram mantidas por instituições confessionais e as demais pelo Estado.*

*No decorrer desse processo de expansão/integração do ensino superior, o crescimento da demanda de matrículas terminou, todavia, sobrepunhando o da oferta, o que veio a gerar o fenômeno dos "excedentes", intensificado no início do período pós-64.*

---

*Entretanto, não deixaram de haver, no período, antagonismos ao processo de integração do ensino superior. Quanto à questão, o autor indica as tentativas de restabelecimento da dualidade pela criação da Universidade do Trabalho e limitação do papel do Estado na manutenção do ensino superior, como também a criação das cidades universitárias, implicando "um duplo movimento de integração e segregação".*

*Trata, a seguir, dos projetos de diretrizes e bases da educação nacional "que vieram a ser objeto de intensos conflitos sociais durante 13 dos 19 anos da república populista".*

*Começa por apresentar o anteprojeto de lei elaborado na gestão de Clemente Mariani no Ministério da Educação, em suas características básicas.*

*O enfoque seguinte recai sobre oposições ao anteprojeto. Aponta, primeiramente, as reações contrárias surgidas quando de seu encaminhamento ao Congresso, por parte "dos defensores da política educacional do Estado Novo e dos dirigentes das escolas particulares". Em seguida, diz o autor: "Após os primeiros posicionamentos contrários ao anteprojeto, e seu posterior esquecimento nos arquivos do Congresso, a questão foi reacesa, na segunda metade da década de 50, desta feita opondo os defensores da escola pública aos paladinos da liberdade do ensino".*

*Analisa a luta desenvolvida por essas posições e seus fundamentos políticos e econômicos.*

*A crise financeira da iniciativa privada no campo do ensino médio e a explicitação dos campos ideológicos dessas posições constituem o primeiro foco de atenção. Os substitutivos apresentados ao Congresso pelos defensores do privatismo e as reações contrárias subsequentes terminaram por desencadear a Campanha de Defesa da Escola Pública. Essa Campanha, levada a efeito principalmente em São Paulo, contou com a participação ativa de professores, estudantes e das classes trabalhadoras. A intensa participação dos estudantes ocorreu em todas as regiões do país através da UNE, UEEs e da AEC (Ação de Educação Católica).*

*Contudo, "a correlação de forças políticas no interior do Congresso, aumentada pela mobilização de setores da Sociedade Civil, parece ter sido favorável aos defensores da escola particular". A lei de diretrizes e bases posteriormente promulgada "legitimava as principais reivindicações dos interesses privatistas denominados interesses de 'liberdade do ensino' (...)".*

*Os dispositivos do texto legal, especialmente os que afetam o ensino superior, são analisados de forma detalhada. A manutenção dos exames vestibulares; a permanência da estrutura dual do 2º ciclo do ensino médio, com dois ramos — secundário e técnico —, mas possibilitando a passagem de um ramo/curso para outro e a inscrição nos exames vestibulares pelos concluintes de ambos os ramos; a questão da descentralização do ensino, são alguns dos aspectos observados. Verifica, ainda, que a concepção arcaica de organização do ensino superior em faculdades isoladas ou consorciadas em universidades e a cátedra vitalícia não mantidas.*

*Focaliza a mobilização estudantil contrária à LDB, voltada, principalmente, para os temas extinção da cátedra vitalícia, vestibular, verbas e participação estudantil nos colegiados.*

*No capítulo concernente a "Desenvolvimento, Segurança e Modernização" apresenta o processo de modernização do ensino superior levado a efeito no país durante a república populista.*

*Segundo o autor, "a modernização do ensino superior foi acionada pelo Estado, atendendo aos imperativos de segurança e de desenvolvimento (...)", no contexto da guerra fria. A modernização levaria à criação de tecnologia, para fins bélicos, ao desenvolvimento econômico e social por meio de tecnologia própria e à independência econômica diante de países desenvolvidos. Posteriormente, setores da Sociedade Civil, tais como instituições de professores e estudantes, integraram-se nesse processo.*

*Dessa maneira, a modernização desse grau de ensino foi iniciada pelo segmento militar do Estado, com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica — ITA, em 1947, concebido a partir de modelos de*

---

universidade vigentes nos EUA. As inovações acadêmicas ali implantadas motivaram "os reformadores do ensino, principalmente aqueles que viam na sua modernização o caminho necessário para que o país adquirisse a maioria científica e tecnológica, indispensável, por sua vez, para viabilizar o rompimento dos laços de dependência do exterior, ou, então, para os reforçar, no intuito de modernizar o país, começando pelo sistema educacional, à imagem do paradigma do país capitalista hegemônico — o mais 'desenvolvido' ". Examina, então, as iniciativas surgidas dentro e fora da área governamental após a implantação do ITA. Focaliza, nesse sentido, as criações do Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas — CBPF (instituição privada formada por cientistas brasileiros) e da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos — COSUPI, do MEC. Analisa detidamente cada um desses órgãos, explicitando suas ações sobre a modernização do ensino superior.

O processo de modernização culminou com a criação da Universidade de Brasília, em 1961. Dois tipos de propósitos orientaram essa criação: primeiro, "manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação"; segundo, "criar um paradigma moderno para o ensino superior brasileiro, mais amplo que o ITA, porque abrangendo todos os campos do saber, capaz de influir nos rumos das universidades e escolas arcaicas não só pelo efeito de demonstração, mas, também, pelo poder conferido pela vizinhança e patrocínio do núcleo do Estado". Como principais aspectos mencionados destacam-se sua concepção segundo os padrões norte-americanos, organização previamente definida dos institutos, centros, faculdades e departamentos, e organização sob a forma de fundação.

Um ponto também discutido refere-se à ação do governo norte-americano e suas agências no sentido de indução desse movimento de modernização, incrementada no início da década de 60, "como parte da estratégia de 'prevenção do comunismo', então localizado como ameaça efetiva e vizinha: a disseminação da revolução cubana em outros países latino-americanos".

Em linhas gerais, verifica-se em relação à modernização do ensino superior no período populista a adoção do paradigma norte-americano de organização universitária (ITA e UnB); a tentativa de enxertar partes

modernas — os institutos — em universidades arcaicas; a repercussão da criação da Universidade de Brasília em outras universidades que procuraram seguir o modelo de organização ali implantado; a luta pela extinção da cátedra vitalícia e pela constituição de departamentos em universidades. Sobre esse último tema, destacam-se a participação de professores e pesquisadores universitários e de estudantes e as discussões procedidas no âmbito do CFE, principalmente após a promulgação da lei de diretrizes e bases.

No último capítulo, trata dos projetos de reforma universitária no país. Examinando-os dentro do quadro político-ideológico do período, explica o processo de reflexão sobre a sociedade brasileira e a universidade então conduzido.

Segundo o autor, "o projeto de uma reforma do ensino superior brasileiro, no sentido de democratização, nasceu e se desenvolveu nos meios estudantis. Foi só nos fins da república populista, quando a reforma universitária constava do rol das 'reformas de base', que alguns professores engrossaram o movimento. À medida que o movimento (...) se intensificava, o Estado passou a incorporar essa bandeira acabando, depois de 1964, por arrebata-la completamente, redefinindo o seu sentido para torná-lo mero apoio à modernização do ensino superior".

São estudadas de modo aprofundado, nessa parte, as propostas do movimento estudantil, especialmente as contidas nos documentos do I e II Seminários Nacionais de Reforma Universitária (Carta da Bahia e Carta do Paraná), realizados em 1961 e 1962.

Examina documentos do seminário realizado pelos reitores após o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pelos estudantes, e textos do CFE sobre a matéria, os quais denotam a preocupação da burocracia educacional "em absorver a luta pela reforma universitária".

Na conclusão, o autor faz uma análise global do processo de transformação do ensino superior na república populista, ressaltando as contradições desse processo. Mostra que a universidade, nesse período, era "crítica em dois sentidos do termo". "No primeiro sentido, esteve

---

numa situação crítica” – “porque as lutas que se desenvolviam no interior da universidade ameaçavam romper a própria unidade da instituição”. “No segundo sentido, a universidade foi crítica de si própria e da sociedade como um todo”.

Cumprе ressaltar, finalmente, que são apresentadas, ao longo do estudo, características da política educacional pós-64 referente ao ensino superior, elucidadas a partir do conhecimento sobre esse grau de ensino no período 1945/64.